

EDITORIAL**O Golpe na Política Externa Brasileira**

Os 40 anos do Golpe Militar de 1964 não passaram despercebidos. Cadernos especiais e artigos sobre o tema foram publicados pelos principais periódicos do país e as emissoras de televisão e de rádio apresentaram programas jornalísticos especiais. Em diversos centros culturais foram realizados ciclos de cinema em que foram exibidas películas que levaram para as telas os múltiplos aspectos do Golpe e suas conseqüências, tais como: Jango, Pra frente Brasil!, Eles não usam Black-tie, Cabra marcado para morrer, entre outros. A mídia brasileira, em geral, não deixou o evento passar em branco. O mundo acadêmico nacional organizou conferências, palestras e congressos que possibilitaram o debate acadêmico mais aprofundado sobre os diversos ângulos presentes nesse acontecimento da história recente do país. No entanto, o impacto do golpe e suas conseqüências para a política externa brasileira foram praticamente esquecidos. E estão a exigir algumas reflexões.

A expressão Revolução de 1964 vai sendo lentamente apagada dos livros de história. Escrita no período de arbítrio, a expressão representou, muito mais, o esforço de setores do regime em identificar no fato, um substrato de ruptura progressista, supostamente contido no ideário revolucionário. O esforço funcionou exatamente como ideologia, na forma que a concebeu o filósofo alemão Karl Marx, isto é, um conceito utilizado para obliterar a realidade e, concomitantemente, impedir o seu completo esclarecimento. De fato, o que tivemos foi um golpe, engendrado por diversos segmentos da sociedade brasileira e liderado por setores das Forças Armadas nacionais, descomprometidos com as instituições democráticas. Longe de ser revolução, como a define os historiadores, ou seja, o momento de ruptura global e total com as estruturas sociais e econômicas estabelecidas, o Golpe teve o objetivo explícito de restabelecer a ordem e a hierarquia ameaçadas. Em uma revolução, as alterações na esfera política representam o corolário de todas as novas vicissitudes que foram desencadeadas pelo próprio processo revolucionário. Fenômeno que positivamente não ocorreu em 1964. Pelo contrário, o Golpe se deu exatamente para obstaculizar as mudanças que estavam em curso, sob a bandeira das Reformas de Base.

Nessa ótica, é possível sustentar que os acontecimentos de março e abril de 1964 atingiram diretamente o processo de autonomia de formulação da política externa brasileira que estava em curso, desde o final do governo Juscelino Kubitschek, notadamente quando o mesmo rompeu com a missão do Fundo Monetário Internacional que tentou inviabilizar a continuidade do Plano de Metas, o carro-chefe do governo. Porém, foi durante a curtíssima gestão de Jânio Quadros e a conturbada presidência de João Goulart que as formulações da política externa independente saíram do papel e dos debates no Itamaraty para nortear a ação governamental. O presidente Jânio Quadros fez de tal política o ponto fulcral do seu projeto de inserção do Brasil na ordem internacional. A sua viagem a Cuba, no momento que esse país começou a ficar sobre o foco concêntrico do governo dos Estados Unidos, a condecoração do líder revolucionário Che Guevara e do astronauta russo Yuri Gagarin, a visita do presidente Sukarno, da Indonésia, um dos principais líderes do movimento dos países não-alinhados (bloco de países que tentou transcender aos limites impostos pelas duas superpotências) mais do que provocações à Casa Branca, representaram demonstrações inequívocas dos esforços dos

gestores e articuladores da política externa do governo Jânio Quadros em marcar uma posição de autonomia face à bipolarização do mundo, no contexto da Guerra Fria.

A política externa independente começou a ser articulada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo. Essa articulação coincidiu, portanto, com o período de redemocratização do país. Ela consistia de cinco princípios nucleares: a) o país deveria manter relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas, pois as barreiras ideológicas não deveriam inviabilizar o avanço das exportações brasileiras; b) a defesa do Direito Internacional, da autodeterminação e da não-intervenção nos assuntos internos de outros países, conceitos importantes, pois usualmente desconsiderados pelo governo dos Estados Unidos que transformaram a América Latina em um balneário, a ser invadido, quando fosse necessário; c) a exaltação da paz como eixo norteador das relações entre os Estados nacionais, traduzida na política de desarmamento e coexistência pacífica; d) apoio ao processo de descolonização afro-asiático e, finalmente, e) formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da colaboração externa para os mesmos.

Os princípios sistematizados acima foram implementados com mais clareza durante o governo João Goulart. Mesmo na condição de vice-presidente, Goulart demonstrou grande desprendimento quando se tornou o primeiro líder latino-americano a visitar a União Soviética e a República Popular da China. San Tiago Dantas, seu ministro das Relações Exteriores, deu mostras do firme propósito de aplicar os princípios da política externa independente na célebre Conferência de Punta Del Este, em 1962, quando defendeu o princípio da não-intervenção em relação a Cuba. Nesse contexto, demonstrou autonomia em relação aos Estados Unidos e reatou as relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS. As pressões dos setores mais conservadores logo se fizeram sentir. As acusações levianas de que o governo era comunista e estava a serviço dos interesses do Kremlin.

A vitória do Golpe, em 1964, levou a uma completa mudança de rota. A política externa independente foi abandonada. A defesa do terceiromundismo foi substituída pelo conceito de segurança hemisférica. Nessa perspectiva, o país aderiu automaticamente aos postulados do governo norte-americano. Na prática passou a funcionar o ditado: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. O rompimento de relações diplomáticas com Cuba e a participação brasileira, na vergonhosa intervenção da OEA (sob os auspícios do governo dos Estados Unidos) na República Dominicana, deixaram claras as intenções dos golpistas: aderir aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, sistematizados na geopolítica da Guerra Fria. A opção trouxe “resultados”; a administração Lyndon Johnson logo concedeu o empréstimo de 50 milhões de dólares ao governo Castelo Branco. Esse foi o preço pago pela nossa soberania. Cabe destacar que a política externa dos governos militares não foi homogênea. O governo Geisel, por exemplo, ousou colocar em prática o pragmatismo responsável que deu certa autonomia ao país para definir relações bilaterais privilegiadas que fugiram à lógica do mundo bipolarizado.

De um modo geral, pode-se afirmar que o legado mais nocivo e pernicioso do golpe de 1964 foi o de ter abortado a saudável experiência de independência e de autonomia colocada em prática no início dos anos sessenta. Provavelmente essa perspectiva ficou perdida. Mesmo com a redemocratização do país nos anos 80, tais

princípios continuaram em segundo plano, cedeu ao discurso pragmático de “inserção do Brasil na ordem mundial globalizada”. A política externa brasileira não pode se limitar em agência auxiliar para transformar o Brasil em uma “colônia” próspera. O seu objetivo deve ser o de somar esforços para a construção de uma nação soberana, capaz de contribuir para colocar um ponto final nas diversas assimetrias da ordem internacional.

Sidney Ferreira Leite

Doutor em História Social pela USP. É docente no curso de relações internacionais / Belas Artes, e também, na Fundação Casper Líbero.